

POLÍTICA ECONÔMICA

Depois das discussões sobre juros, integrantes do governo não se entendem sobre os depósitos compulsórios. Ministério do Planejamento quer ampliar volume de dinheiro em circulação, mas BC teme efeito inflacionário

Meirelles e Mantega divergem

VICENTE NUNES

DA EQUIPE DO CORREIO

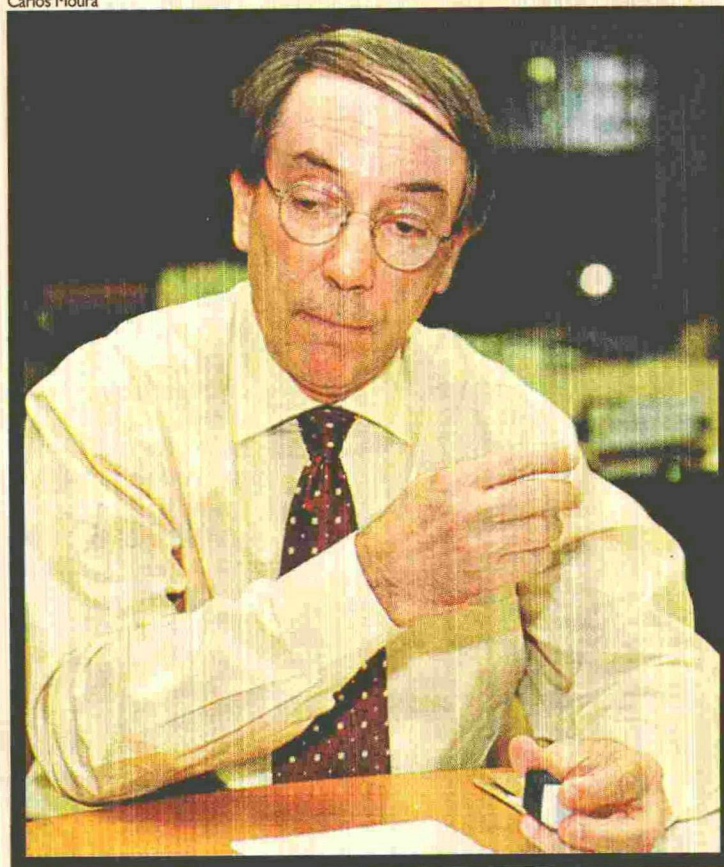
Os debates dentro e fora do governo em torno das altas taxas de juros mudaram de foco. Depois da decisão do Comitê de Política Monetária (Copom) de cortar a taxa básica (Selic) em 1,5 ponto percentual na semana passada, de 26% para 24,5% ao ano, as discussões estão, agora, centradas nos depósitos que os bancos são obrigados a recolher compulsoriamente junto ao Banco Central. Uma montanha de R\$ 135 bilhões.

Há uma gritaria geral entre os bancos para que o BC reduza os compulsórios imediatamente. O argumento das instituições financeiras é de que, com maior volume de dinheiro em caixa, poderão aumentar a oferta de crédito e reduzir as taxas cobradas de empresas e pessoas físicas. A equipe econômica, no entanto, não está convencida disso, dado o histórico dos bancos, sempre reticentes em financiar a produção e o consumo.

A maior resistência contra a redução dos compulsórios está no BC, responsável pela definição dos limites dos recolhimentos. A diretoria do banco alega que este não é o momento ideal para se ampliar a oferta de dinheiro na economia, pois não se pode medir ao certo qual o impacto da oferta maior de recursos na economia sobre o câmbio e a inflação. Já a pressão a favor da medida parte do Ministério do Planejamento, sob o argumento de que a política monetária deve ser afrouxada para estimular a retomada do crescimento.

As divergências na equipe econômica, por sinal, foram explicitadas ontem em São Paulo

Carlos Moura



SÉRGIO DARCY, DO BC: REDUÇÃO DOS DEPÓSITOS VIRÁ NO MOMENTO ADEQUADO

Durante participação num seminário do Sindicato da Habitação (Secovi), o presidente do BC, Henrique Meirelles, foi taxativo: "A redução dos compulsórios vai se dar na medida em que houver a queda sustentada da inflação". Segundo ele, a queda dos compulsórios e a aprovação no Congresso da Lei de Falência são instrumentos necessários, mas não suficientes para baratear o custo do crédito no país. Outras medidas são importantes nesse sentido, como a redução do risco Brasil.

O ministro do Planejamento, Guido Mantega, rebateu: "Na

minha opinião, já existem condições para que a política monetária, de modo geral, seja mais favorável ao crescimento econômico do país". Um dos indicadores para reforçar essa tese, disse o ministro, é "a vitória sobre a inflação", cujas projeções do governo apontam para um índice de 7% nos próximos 12 meses. Mas Mantega ressaltou que a decisão sobre os compulsórios cabe ao BC.

Hora certa

O diretor de Normas do BC, Sérgio Darcy, disse que a redução dos compulsórios está em dis-

O QUE SE DISSE

"A REDUÇÃO DOS COMPULSÓRIOS VAI SE DAR NA MEDIDA EM QUE HOUVER QUEDA SUSTENTADA DA INFLAÇÃO. A QUEDA DOS COMPULSÓRIOS E A APROVAÇÃO NO CONGRESSO DA LEI DE FALÊNCIA SÃO INSTRUMENTOS NECESSÁRIOS, MAS NÃO SUFICIENTES PARA BARATEAR O CUSTO DO CRÉDITO NO PAÍS. OUTRAS MEDIDAS SÃO IMPORTANTES NESSE SENTIDO, COMO A REDUÇÃO DO RISCO BRASIL"

*Henrique Meirelles,
presidente do Banco Central*

"NA MINHA MODESTA OPINIÃO, JÁ EXISTEM CONDIÇÕES PARA QUE A POLÍTICA MONETÁRIA, DE MODO GERAL, SEJA MAIS FAVORÁVEL AO CRESCIMENTO ECONÔMICO DO PAÍS. A VITÓRIA SOBRE A INFLAÇÃO É CLARA. AS PROJEÇÕES DO GOVERNO APONTAM PARA UM ÍNDICE DE 7% NOS PRÓXIMOS 12 MESES. MAS A DECISÃO SOBRE OS COMPULSÓRIOS CABE AO BC"

*Guido Mantega,
ministro do Planejamento*

cussão no BC e a queda virá no momento adequado. Sobre as declarações do ministro do Planejamento, de que as condições são favoráveis à queda, Darcy afirmou que Mantega tinha razão. E, uma vez mais, ressaltou que a atribuição sobre o compulsório era do presidente do BC.

Entre os argumentos usados pelo BC para manter os compulsórios como estão — 68% para os depósitos à vista, 23% para os depósitos a prazo e 30% para a caderneta de poupança —, o principal é o de que há sobras de pelo menos R\$ 49 bilhões nos bancos para empréstimos. Esse dinheiro

não sai, segundo técnicos do BC, por falta de tomadores, arredios com as altas taxas de juros.

O BC argumenta ainda que, no primeiro semestre deste ano, os bancos ganharam R\$ 450 milhões com o dinheiro recolhido pelo governo, porque parte dele é remunerado pela variação da Selic, que está em 24,5% ao ano. Os técnicos do BC alegam ainda que o dinheiro do compulsório torna mais barato a rolagem da dívida pública e evita que os bancos especulem com o dólar, o que elevaria os preços da moeda norte-americana para além do desejado, pressionando a inflação.